

## Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político<sup>1</sup>

Danusa Marques<sup>1</sup> 

### Introdução

O objetivo deste trabalho foi discutir os deslocamentos que a leitura feminista gera nas questões de pesquisa sobre as carreiras políticas e traz para o entendimento dos problemas, das metodologias e das próprias conclusões relacionadas ao objeto de estudo das carreiras políticas. Ao mesmo tempo, discutir esses aspectos nos auxilia a pensar as formas atuais de crise dos regimes concorrenciais ou, de forma mais aguda, os processos de desdemocratização, acompanhando as análises que têm sido recentemente realizadas no âmbito dos estudos feministas brasileiros (cf. Biroli, 2018a; 2018b). A área de investigação de carreiras políticas dialoga com abordagens analíticas distintas da ciência políti-

ca, como os estudos da sociologia política e do campo de instituições políticas, além de outras subáreas, como os debates acerca da representação política e os estudos sobre a democracia. Este é, assim, um trabalho de análise das recentes estratégias de pesquisa da área que visa refletir, por meio de uma crítica feminista, sobre as abordagens que vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos.

Em sua primeira seção, este artigo discute com a área de estudos das carreiras políticas orientada pelo neoinstitucionalismo de escolha racional (cf. Schlesinger, 1966; Rohde, 2012; Ames, 1995; Samuels, 2008; Pereira; Rennó, 2001; 2013) e por perspectivas mais próximas da sociologia política (cf. Gaxie, 2012; Santos, 1997; Miguel, 2003; Rodrigues, 2006). Em seguida, trata

---

1 Este trabalho faz parte da frente teórica do projeto *Carreiras políticas, atuação parlamentar e desigualdades*, realizado com apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF). Foi importante para o desenvolvimento desse texto uma primeira versão, que apresentou os principais pontos aqui trabalhados em uma palestra e um minicurso sobre carreiras políticas ministrado por mim na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em abril de 2019, sob o projeto *Tendências contemporâneas da teoria política: as controvérsias sobre justiça e democracia*, coordenado pelo prof. Luis Felipe Miguel e financiado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD)/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradeço aos comentários das colegas da UFPel na ocasião, assim como da turma de estudantes que participou do minicurso. Uma versão preliminar do artigo foi apresentada e debatida em uma sessão do ST 09 — Democracia e Desigualdades, no 43º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — Anpocs (Caxambu, 2019). Agradeço as perguntas, os comentários e as sugestões das participantes do ST, especialmente a Flávia Biroli, Luciana Ballestrin, Débora Messenberg, Céli Pinto e Danielle Tega. Agradeço ainda a Carlos Machado e aos(as) pesquisadores(as) da frente de *Carreiras políticas LGBT+*, do Núcleo de Pesquisa Flora Tristán, os comentários e a leitura atenta do artigo, além das sugestões dos(as) pareceristas anônimos(as) da *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB).

---

<sup>1</sup>Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília – Brasília (DF), Brasil. E-mail: danusa@unb.br  
Recebido em: 14/10/2020. Aprovado em: 27/01/2021

das abordagens críticas feministas e dos estudos de gênero sobre carreiras (cf. Araújo, 2010; Araújo e Alves, 2007; Sacchet, 2012; Sacchet; Speck, 2012; Miguel; Biroli, 2010; 2011), identificando questões que deslocam os entendimentos da área e trazem abordagens inovadoras sobre os problemas de pesquisa. A revisão dos principais aspectos passa pelo diálogo com a literatura estrangeira e com a produção brasileira, ou sobre Brasil, acerca dessa temática. Finalizando, a discussão aqui proposta aborda os diálogos possíveis entre essas abordagens, considerando seu impacto para os estudos sobre representação política nos regimes concorrenciais atuais e posicionando sua importância nas análises sobre a erosão democrática.

### **As pesquisas sobre carreiras políticas**

Neste artigo, as abordagens mais centrais dos estudos sobre carreiras políticas são divididas entre estudos sobre *carreira parlamentar e os efeitos da conexão eleitoral* e estudos sobre *padrões de recrutamento e trajetórias políticas*. É importante ressaltar que elas não necessariamente se contrapõem ou disputam entre si, mas que analisam as estratégias de construção de carreiras e a sobrevivência política partindo de perspectivas distintas — a primeira, fundamentada nas oportunidades que agentes políticos dispõem para estrategicamente se orientarem; a segunda, na observação de padrões de acesso, permanência e ascensão política, abrangendo-se também uma análise das rotas de acesso social, político e institucional que (às vezes) promovem e (muitas vezes) barram o desenvolvimento de carreiras políticas profissionais.

Com uma leitura contra-hegemônica da área, a perspectiva crítica dos estudos de gênero e feministas vem produzindo deslocamentos na estrutura de construção analítica

das ciências sociais como um todo e atinge de forma particular o campo dos estudos sobre carreiras políticas. Ela mostra que a marginalização das carreiras de mulheres revela uma lógica de recrutamento e desenvolvimento das carreiras políticas que obedece a um padrão de circulação de elites bastante homogêneo. O “sexo” do(a) político(a) profissional, desse modo, não é uma variável qualquer entre outras, porque a desigualdade de gênero é uma das forças determinantes da organização do campo político nas democracias concorrenciais.

#### *Os estudos sobre o comportamento parlamentar e a conexão eleitoral*

A questão da busca pela reeleição, por uma carreira longa e progressiva e uma seleção cada vez mais endógena dos políticos profissionais para a garantia da competitividade de suas carreiras, é o foco principal das análises sobre carreiras parlamentares a partir dos estudos baseados nos pressupostos da teoria da escolha racional. Sua abordagem é bastante marcada pelos estudos sobre comportamento parlamentar — é particularmente desenvolvida, ainda que não exclusivamente, em diálogo com os conceitos de ambição política progressiva (Schlesinger, 1966) e conexão eleitoral (Mayhew, 2004), ambos desenvolvidos no âmbito dos estudos sobre o Congresso dos Estados Unidos.

Joseph Schlesinger, em 1966, revolucionou os estudos sobre carreiras políticas nos Estados Unidos ao estudar o comportamento político dos parlamentares e suas decisões de candidatura. Segundo ele, as instituições políticas simplificam os motivos individuais de cada ator político e tornam seu comportamento inteligível e preditivo. Assim, propõe-se a analisar as ambições individuais dos políticos profissionais a partir do individualismo metodológico, enten-

endo os constrangimentos que as instituições promovem nas decisões individuais e desenvolvendo o que denomina de “teoria da ambição política”.

Seus pressupostos partem da leitura de Schattschneider sobre a centralidade do processo de recrutamento nos partidos, do entendimento concorrencial dos regimes liberais elaborado por Schumpeter (2008) e da leitura comportamentalista de Downs (1957) sobre a atuação parlamentar. É importante notar que todas essas são interpretações que relacionam a alta capacidade de organização dos interesses e recursos dos agentes à sua eficácia política. Com base nessas interpretações, Schlesinger (1966) propõe uma teoria das ambições que analise as “estratégias para avanço” na carreira, explicando que o campo de estudos nos Estados Unidos já havia investigado bastante o comportamento eleitoral, mas não abordava as metas de carreira dos políticos profissionais no que se refere à ocupação de cargos eletivos. Elabora uma abordagem, então, que assume que “a política é, enfim, um jogo progressivo, e um homem vence apenas se avança tão à frente quanto a sua situação permitir” (Schlesinger, 1966, p. 9, tradução nossa).

Como indica Rohde (2012), Schlesinger elabora uma teoria da ambição política por meio de uma tipologia ordinal de ambição. Haveria a ambição *discreta*, relacionada a um político que exerce um mandato, mas decide não buscar a reeleição, nem um cargo superior (ou seja, desiste de se candidatar); a ambição *estática*, do político que quer se manter no mesmo cargo pelo maior tempo possível, ou seja, que se candidata para o mesmo cargo que já ocupa (ou seja, busca reeleição); e a ambição *progressiva*, que é a regra de ascensão na carreira, referente ao político que ocupa um cargo e busca se ele-

ger para um outro que seja considerado mais atrativo e superior.

Rohde (2012) indica que a estrutura de oportunidades políticas, que é um fator de análise central para Schlesinger (1966), mostra a situação na qual se encontra aquele indivíduo cuja ambição está sob análise. Isso diferencia essa abordagem analítica dos estudos da sociologia política, focados nos padrões progressos de ocupação de cargos e posições sociais das elites, porque a estrutura de oportunidades políticas diz respeito não à trajetória, mas à condição de competitividade daquele indivíduo no presente. Assim, a teoria da ambição política teria um objetivo preditivo, com base no contexto específico de competitividade do indivíduo, observando as condições para que ele se eleja para um cargo específico — tratando, portanto, não dos mecanismos de progresso na carreira, mas do potencial preditivo de indicação de quem tem condições para avançar.

Para isso, Rohde (2012) propõe analisar a propensão ao risco dos deputados federais que ocuparam cadeiras na Câmara de Representantes dos Estados Unidos entre 1954 e 1974, observando as suas decisões de candidatura no período. Seu estudo busca mostrar que a estrutura de oportunidades teria relação direta com riscos e a situação de probabilidades de sucesso, ou seja, com uma avaliação das condições de competitividade da candidatura, que envolvem diretamente se concorrerão contra candidatos que são incumbentes, se precisarão se desincompatibilizar de seus cargos e do grau de competitividade dos partidos no seu distrito, por exemplo. Esses indivíduos, como atores racionais que avaliam a estrutura de oportunidades, teriam maior ou menor propensão ao risco, que seria avaliado contingencialmente.

O modelo explicativo da ambição política se tornou central para explicar o comportamento dos profissionais políticos e colocou a questão da reeleição e da propensão ao risco na agenda de pesquisa prioritária da Ciência Política. Essa agenda, como indicado, tem nos estudos de Rohde (2012), baseados em Schlesinger (1966), uma referência fundamental para definir a ambição política.

Esse debate se reflete na ciência política brasileira fortemente na subárea dos estudos legislativos, que tem sido uma das mais influentes, nas últimas três décadas, na disciplina no país, principalmente no que diz respeito à circulação da produção acadêmica (cf. as análises bibliométricas de Carpiuc, 2014; Marques; Machado, 2016; Leite, 2017). O tema da ambição política se apresenta em uma discussão específica que pode ser denominada “hipótese distributivista”, contrapondo-se à “hipótese partidária”. Peres e Carvalho (2012) afirmam que, em linhas gerais, pode-se dizer que a primeira busca explicar os fenômenos políticos por meio de uma análise do comportamento parlamentar com controle de variáveis exógenas à arena legislativa, enquanto a segunda busca construir explicações analisando variáveis endógenas ao próprio processo legislativo.

Todo o tema da distribuição de *pork barrel* (hipótese distributivista), contra a ideia da organização da atuação dos agentes políticos pela liderança partidária (hipótese partidária), é especialmente importante para o debate sobre as carreiras eleitorais no Brasil. De modo geral, as análises distributivistas mobilizam o debate sobre a conexão eleitoral (Mayhew, 2004) e trabalham com base no individualismo metodológico de escolha racional, chegando a conclusões individualistas (tomando-se por base a análise de motivações individuais de ambição progressiva) e verificando a fraqueza dos partidos políti-

cos na arena eleitoral, o que impactaria as decisões individuais de candidatura e a propensão ao risco dos políticos nesse nível de análise.

O conceito de conexão eleitoral tem como fundamento o debate sobre ambição política progressiva elaborado por Schlesinger (1966). Segundo Mayhew (2004), as explicações sobre o âmbito do poder legislativo eram, até então, fundamentadas, em grande parte, na sociologia política, com base em um nível de análise mais amplo, relacionado à coletividade. Ele propõe, então, uma abordagem analítica que partiria de pressupostos do comportamento racional da economia para compreender o comportamento dos parlamentares, por meio da observação da racionalidade individual.

Mayhew (2004) constrói seu trabalho sob a sombra de Mancur Olson Jr. (2002) e Anthony Downs (1957), que o inspiram em duas dimensões importantes para o desenvolvimento de sua interpretação sobre o comportamento legislativo. Pela parte olsoniana, a clara influência é do individualismo e da racionalidade instrumental enquanto regra metodológica: indivíduos racionais realizam cálculo de utilidade e seguem critérios de racionalidade — assim, deve-se analisar as preferências individuais, que são coerentemente definidas. Pela parte downsiana, entende que as estratégias dos partidos políticos seriam profundamente autocentradas e se baseariam em uma meta central da conquista de cargos em um mercado político fortemente competitivo. O argumento downsiano da busca do eleitor mediano como estratégia de campanha e do mandato balizado pelo interesse do eleitorado, com o propósito de vencer a reeleição, é um pressuposto assumido por Mayhew (2004), adaptado para a realidade do comportamento parlamentar individual: a conexão eleitoral

é a busca por cumprir os interesses do eleitorado (por isso distribuir recursos para a base eleitoral é tão importante), a fim de garantir sua reeleição.

Existe, nessa abordagem, uma visão de jogo político altamente competitivo entre atores racionais que dispõem de recursos, buscando uma implementação mecânica da *accountability*. Na teoria de *accountability* prévia ao debate crítico de Pitkin (1967), que exige do conceito uma dimensão substantiva entre eleito e eleitorado, a *accountability* é apenas um resultado de um processo de atendimento pontual dos interesses do eleitorado, que tem em si motivações individuais dos representantes (sua reeleição). O resultado esperado desse processo é, então, a reeleição e não a *accountability*, que se apresenta mais como se fosse uma externalidade positiva. Desse modo, incentivos eleitorais direcionariam o comportamento parlamentar durante o mandato, na forma de efeitos extralegislativos.

Como essa abordagem se apresenta nos estudos empíricos que passaram a ser desenvolvidos a partir da segunda metade dos anos 1990 no Brasil? Um marco é o trabalho de Ames (1995), que pontua o efeito de variáveis exógenas ao legislativo para o comportamento parlamentar durante a Assembleia Nacional Constituinte e o governo Collor. Entre muitos achados, como a relação entre concentração de votação e posicionamento individualista, Ames (1995) indica que o fator mais interessante é o efeito do *pork barrel*, ou seja, da execução de emendas orçamentárias focalizadas nas bases eleitorais dos parlamentares por parte do Executivo, o que sugere que os deputados poderiam ser “comprados, ou pelo menos alugados” (Ames, 1995, p. 342) pelo governo.

Além de ressaltar a importância da abordagem distributivista, o trabalho de Ames

(1995) foi importante para agendar a questão da reeleição de forma central nos estudos posteriores: o caso brasileiro seria desafiador para as interpretações que considerariam a reeleição como meta de carreira dos parlamentares, porque a taxa de renovação da Câmara dos Deputados é bastante alta, o que indica outros incentivos para os políticos profissionais.

Samuels (2000; 2008) também explica que a Câmara dos Deputados brasileira é um degrau intermediário da carreira política. A alta renovação da Casa, de cerca de 50%, seria fruto de uma ambição política extralegislativa, que teria clara relação com a maior importância dos cargos executivos e sofreria impacto da dinâmica personalista do sistema eleitoral proporcional de listas abertas e do sistema partidário altamente fragmentado. Ao analisar os incentivos legislativos e estabelecer um diálogo com a literatura da hipótese partidária (Figueiredo; Limongi, 1999), o autor afirma que as lideranças dos partidos concentram poder decisivo na organização do trabalho legislativo, o Executivo tem forte iniciativa legislativa e não há incentivos de desenvolvimento de *expertise* nas comissões legislativas, porque não existem critérios de senioridade e especialização. Assim, uma cadeira na Câmara dos Deputados não significaria muito poder e influência para um político profissional, que os encontraria em carreiras executivas. Nelas, especialmente nas prefeituras e nas secretarias estaduais, políticos conseguiriam controle direto de recursos, maior iniciativa legislativa, controle de cargos de confiança (e, portanto, do orçamento) e atenderiam, de forma muito mais eficiente, às exigências da lógica distributivista de construção de carreiras políticas. Para comprovar sua hipótese, mostra que 20% dos deputados federais deixam o cargo para ocuparem po-

sições em ministérios, secretarias ou deixam o mandato no meio quando são eleitos prefeitos em pleitos municipais subsequentes. Considerando apenas os deputados mais influentes, portanto com maior capital político, seria possível verificar que é exatamente nesse grupo que se concentra a ambição política progressiva extralegislativa: entre eles, só 15% teriam concorrido à reeleição (Samuels, 2000).

Em trabalho posterior, Samuels (2008) segue afirmando que as carreiras brasileiras são individuais, com baixo controle das lideranças partidárias, baixo controle de recursos por parte dos partidos (apesar do fundo partidário) e se desenvolvem sob um processo de recrutamento de candidaturas amplo, descentralizado e autosselecionado. Isso se relacionaria às caríssimas campanhas eleitorais, individualizadas e sob responsabilidade de cada candidato, o que geraria modelos de carreira autopromovidos e laterais ao controle partidário.

Com uma leitura que percebe a força motriz das disputas políticas no âmbito individual do jogo político, essa literatura influenciou largamente a interpretação de que o principal fator que move as carreiras políticas brasileiras é a distribuição de recursos para a base eleitoral do político, em uma leitura mecânica da *accountability*.

As afirmações de Samuels se contra-põem a estudos empíricos que mostravam que a ambição progressiva era importante, mas que a reeleição não seria uma questão lateral nas carreiras brasileiras. Pereira e Rennó (2001), direcionados pela hipótese mayhewsiana, buscaram compreender os determinantes para a reeleição na Câmara dos Deputados brasileira em 1998. Mobilizando uma série de variáveis, desde o âmbito local (da relação do candidato com sua base eleitoral), passando pelas posições de organiza-

ção do trabalho político na Casa legislativa e também variáveis partidárias e de trajetória individual, concluíram que há diversos perfis que buscam a reeleição para a Câmara dos Deputados brasileira. Nem sempre esses perfis têm a mesma estratégia política; alguns efetivamente buscam distribuir recursos para a sua base eleitoral (na forma de *pork barrel*), enquanto outros buscam vantagens do controle partidário pela ocupação de cargos de coordenação política. Em estudo posterior, Pereira e Rennó (2013) retomam essa análise e avançam em uma crítica sobre os pressupostos da teoria da ambição política aplicada a sistemas políticos diversos: afirmam que muitos políticos brasileiros buscam a reeleição para a Câmara dos Deputados dado o contexto de alta competição política e o menor risco de derrota. Ou seja, a natureza da disputa para cargos executivos é distinta e mais incerta, mesmo que a institucionalização da carreira legislativa no Brasil seja menor do que no sistema político estadunidense. Ressalta-se, assim, que a explicação desse sistema político específico não cria uma regra geral para os demais.

Dentro desses modelos analíticos, como se percebe, há uma normalização de que o jogo político é altamente competitivo e de que os comportamentos e os fatores individuais são importantes para garantir competitividade a essas carreiras; mas não se discute, de modo geral, como esses fatores se distribuem desigualmente entre os indivíduos de diferentes grupos sociais e como operam as lacunas de poder e influência entre alguns grupos sociais específicos.

#### *Os estudos sobre perfis, trajetórias e recrutamento político*

Sendo um debate “entre campos”, quando abordada desde a sociologia política, a área de pesquisa das carreiras políticas

normalmente se organiza, nos estudos sobre elites, com foco principal nos padrões de recrutamento e trajetória dos grupos dirigentes (cf. Gaxie, 2012; Santos, 1997). Essa tradição recorrentemente verifica uma elitização da classe política e um distanciamento entre o perfil médio de governantes em relação a governados, por meio de pesquisas que analisam o perfil e a trajetória de indivíduos que ocupam posições de decisão.

Diversos estudos realizados no âmbito da ciência política brasileira trabalham com a ideia de que as carreiras políticas, especialmente as eleitorais, são organizadas na forma de uma *pirâmide invertida* (Miguel, 2003). Essa realidade é apresentada por estudos das trajetórias desses agentes políticos, como no fundamental trabalho de Santos (1997), que discute a diferenciação entre eleito e eleitor como parte do próprio processo de profissionalização política, mobilizando a discussão weberiana de socialização do político profissional. Essa literatura recorrentemente entende o campo político em termos bourdieusianos, ou seja, como uma dimensão competitiva entre agentes posicionados desigualmente em relação ao reconhecimento entre os pares do próprio campo. A noção de desigualdade na posição dos agentes é uma questão central que deve ser ressaltada, porque uma distribuição desigual de capital político implica uma desigualdade de poder no processo decisório, assim como a marginalização daqueles considerados periféricos no campo.

Como nos indicam Blondel e Müller-Rommel (2007), longe de ser uma novidade nos estudos da ciência política, essa abordagem dialoga com os clássicos da fundação da área disciplinar, principalmente no que se refere à discussão sobre a distância que separa a elite dirigente e a população em geral (o que, em conceitos elitistas, é denomina-

do *massa*). A emergência dos trabalhos que buscam explicar as diferenças entre elite e massa ocorre na virada do século XIX para o XX, com fortes marcas antidemocráticas. Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels, cada um com uma metodologia e um recorte de problema específicos, convergiram na definição teórica da constatação da lacuna de poder entre dirigentes e dirigidos, por se entenderem como mais realistas e menos normativos do que as abordagens críticas da época (especialmente o marxismo) e delinearem a existência de uma contraposição principalmente organizativa da agenda e das formas de recrutamento da elite. Suas abordagens, em linhas gerais, defenderam uma visão conservadora e antidemocrática (Blondel; Müller-Rommel, 2007; Perissinotto, 2014), alimentada desde uma avaliação de baixa racionalidade das massas. Por mais que, atualmente, os diálogos sobre carreiras políticas nos regimes democráticos concorrenciais tenham que trabalhar com um mínimo de horizonte igualitário, as bases conservadoras do debate sobre elites recorrentemente marcam as preocupações analíticas da área. Esse choque entre uma leitura hegemônica sobre a baixa racionalidade dos grupos políticos periféricos e a crítica feminista é central, como será recuperado mais à frente.

A maior preocupação dos estudos sobre a elite política brasileira, principalmente na análise da reorganização do campo da profissionalização política após a janela de oportunidades promovida pelo processo de abertura a partir de 1985, é trabalhar a questão em termos partidários (institucionais e organizativos), abordando também as origens dessas elites em regimes anteriores e, paralelamente ou simultaneamente, discutindo o impacto das suas trajetórias profissionais e partidárias para as suas carreiras políticas (Santos, 1997;

Miguel, 2003; Rodrigues, 2006). Muitos desses estudos estão preocupados com aspectos intrínsecos à relação entre carreira política e partidos, ressaltando variáveis clássicas como a longevidade do vínculo partidário, o padrão de migração partidária e as posições e os cargos de controle partidário. Assim como entre os pesquisadores da escolha racional, grande parte dessa literatura está focada nos estudos sobre representantes que ocupam cadeiras na Câmara dos Deputados, até pelo maior diálogo com a literatura estrangeira e comparada, que também desenvolve grande parte dos trabalhos acerca dos representantes no Parlamento (cf. Gaxie, 2012). Considerando o desenho institucional brasileiro, o bicameralismo e os distintos níveis de governos subnacionais, é possível verificar uma agenda de pesquisa em construção para esses outros âmbitos (cf. Neiva; Izumi, 2014; Braga; Speck, 2014; Felisbino; Bernabel; Kerbauy, 2012), inclusive ressaltando-se a importância de se ter um entendimento mais global do sistema político brasileiro e dos diferentes “degraus” da carreira política no Brasil.

Também é necessário ressaltar que essa literatura analisa o sistema partidário brasileiro de uma forma distinta da abordagem de escolha racional, principalmente estrangeira (Ames, 2003; Samuels, 2008). Especialmente nos estudos sobre recrutamento, ressalta-se a importância do âmbito organizativo da tomada de decisão partidária, como mostram Braga e Amaral (2013) e Braga e Speck (2014).

Embora haja diferenças nos níveis de análise, é possível dizer que os debates focados nas origens sociais e nas trajetórias políticas, ou seja, nos caminhos percorridos pelos políticos profissionais, não ignoram e se dedicam também à análise de variáveis institucionais e organizativas do sistema

político, principalmente nos partidos e nos cargos já ocupados, e exploram as trajetórias individuais, principalmente em termos profissionais, etários e de escolarização, o que permite traçar uma análise que considera a geração e a posição de classe superior desses agentes. Assim, trabalham com as recorrentes caracterizações da elite política como um grupo razoavelmente homogêneo no que se refere à origem social superior ou ao alto grau de mobilidade social, que também controla as instituições que organizam e mediam o trabalho político. Porém, são poucos os estudos que exploram de forma mais contundente as desigualdades dentro da elite política e, assim, há uma grande lacuna explicativa para o significado dessa desigualdade em termos democráticos.

Uma exceção a esses estudos é o artigo de Perissinotto e Miríade (2009), que discute o recrutamento dos candidatos para a Câmara dos Deputados em 2006. Nesse texto, os autores pontuam a baixa presença das mulheres ainda na etapa de seleção de candidaturas, discutindo, ainda que rapidamente, os vieses de seleção dos partidos no processo de recrutamento político. Em sua análise, mostram que a seleção de candidaturas pelos partidos e o processo eleitoral têm servido majoritariamente a homens de uma classe média altamente escolarizada, o que convergiria fortemente com a análise elitista de Mosca (1966) do fim do século XIX. É importante destacar a conclusão de Perissinotto e Miríade (2009), que dialoga diretamente com o cenário atual do sistema político brasileiro, principalmente considerando-se os mandatos parlamentares que se seguiram à sua análise sobre o pleito eleitoral de 2006:

Esse fato [a baixa representatividade social do universo dos eleitos e, em especial, o predomínio esmagador de homens com ex-



perência política prévia], se pudesse ser generalizado para as eleições anteriores e se for aprofundado no futuro, colocaria evidentes problemas para a democracia representativa brasileira, que se poderia tornar cada vez menos democrática (i.e., cada vez mais fechada aos outros estratos da população) e cada vez menos representativa (i.e., dominada por políticos preocupados quase que exclusivamente com sua reeleição) (Perissinotto; Miriade, 2009, p. 321).

Mesmo que não tenham correspondido ao enquadramento dominante do problema nas últimas décadas (as abordagens sobre os fatores pessoais e partidários que influenciam o recrutamento da elite política), essas abordagens se mantiveram em alta produção. O estudo de Rodrigues (2006) continua sendo uma referência no mapeamento da elite que conquistou cadeiras na Câmara dos Deputados na virada do século XXI, e mesmo que sua projeção de popularização da classe política brasileira tenha se esgotado — tendo sido mais uma tendência partidária na cauda da eleição lulista de 2002 —, foi capaz de captar tendências importantes sobre o avanço de algumas forças políticas relevantes nos anos vindouros, como o fortalecimento da bancada parlamentar evangélica. Em continuidade com sua agenda de pesquisa anterior, Marengo e Serna (2007) buscam organizar o debate das trajetórias dos parlamentares em termos comparativos regionais, ampliando o escopo de sua explicação e ressaltando as convergências entre os caminhos percorridos por políticos de diversos partidos de países distintos, quando esses partidos são analisados pela sua posição no espectro ideológico.

Destacam-se algumas produções de pesquisadores do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, da Universidade Fede-

ral do Paraná, que, fora do núcleo de crítica feminista e trabalhando com uma metodologia analítica mais próxima da sociologia política, passaram a desenhar suas estratégias de pesquisa de forma a aprofundar o debate sobre as lacunas geradas pela desigualdade política na composição dos corpos parlamentares no país. O estudo de Perissinotto e Miriade (2009), embora não aprofundasse o debate sobre a desigualdade de gênero nas carreiras, já pontuava o problema da pequena presença de mulheres no recrutamento de candidaturas a 2006.

A crítica feminista, deve-se ressaltar, sempre foi fundamental para os estudos de recrutamento político. Duas autoras são centrais nesse processo, Pippa Norris e Joni Lovenduski (1993; 2004), que trabalham simultaneamente com o debate mais geral sobre recrutamento político e organização partidária e com o enquadramento dessa questão no que diz respeito à desigualdade de gênero. Como tratam do recrutamento com base na desigualdade de gênero (principalmente) e de classe e raça, suas obras estão preocupadas com os filtros mobilizados pelos partidos e pelas lideranças partidárias no processo de seleção de candidaturas. Analisando comparativamente diversos sistemas políticos, as autoras situam o problema do controle do recrutamento político em termos organizativos e ressaltam que há uma exigência de democratização decisória, transparência partidária e controle público sobre os partidos. Essas são dimensões fundamentais para que as barreiras partidárias impostas aos grupos subalternos sejam enfrentadas.

Pensar a institucionalização do recrutamento político é uma abordagem importante da área. Rahat e Hazan (2001), com base na literatura sobre o tema, organizam as questões centrais sobre o recrutamento tendo em vista a definição do conjunto de elegíveis, do

conjunto de selecionadores partidários, do grau de descentralização desse processo e do sistema de escolha e nomeação das candidaturas, em um enquadramento um pouco abstrato. Porém, Norris e Lovenduski (1993; 2004) trabalham desde a perspectiva da desigualdade dos grupos no processo decisório, o que dá um outro tom ao problema.

Dando mais materialidade às dinâmicas que envolvem as disputas partidárias em torno do processo de recrutamento político, Norris (2013) indica como a questão da representação de mulheres é uma dimensão analítica que interpela o quadro geral dos problemas do recrutamento — justamente porque se trata da exigência de equidade democrática por um grupo historicamente marginalizado nesse processo.

#### *Os estudos feministas de gênero e as carreiras políticas*

Se, até os anos 2000, a questão da baixa representação de mulheres era um tema que envolvia principalmente as pesquisadoras do campo feminista (Araújo, 1998), a partir da década seguinte o seu diálogo com a ciência política em geral se intensificou, assim como a permeabilidade de sua agenda de pesquisa (Araújo, 2001; 2010; Miguel; Queiroz, 2006; Araújo; Alves, 2007; Miguel; Biroli, 2010; 2011; Pinto; Silveira, 2018). Assim, a partir da crítica feminista, a abordagem analítica das carreiras políticas no Brasil passa a ser interpelada pelo tema das desigualdades entre os grupos sociais na sua participação política formal.

A partir de 2010, as questões relativas às carreiras passaram a ter maior impacto na própria área de estudos de gênero e representação política no Brasil, dado que a primeira década de implementação das cotas de gênero, entre 1995 e 2005, havia monopolizado a maior parte dos debates do grupo. Os estu-

dos de Miguel e Biroli (2010; 2011), Sacchet (2012) e Sacchet e Speck (2012) foram importantes para pavimentar as questões gerais sobre o problema de pesquisa das carreiras do ponto de vista dos estudos de gênero e ajustar as análises sobre a questão.

Quando se parte dos problemas da dominação de gênero nas sociedades contemporâneas, chega-se à contundente verificação de que, nas principais abordagens explicativas das carreiras políticas no Brasil, há uma lacuna da análise de gênero, que impressiona pela sua estabilidade. Ainda que uma análise comparativa de gênero demandasse uma reestruturação metodológica, é fácil verificar que a mobilização simplificada da variável “sexo” da unidade de análise enquadrada — o político profissional —, em qualquer uma das grandes áreas dos estudos de carreiras (neoinstitucionalistas de escolha racional que observam o comportamento individual do parlamentar, ou os estudos sobre perfis, trajetórias e recrutamento político), poderia apresentar uma variedade de perspectivas inovadoras sobre os padrões de carreira e as questões tradicionais que esse campo de estudos mobiliza. Entretanto, mesmo sendo uma única variável, é incomum que se mobilize a variável “sexo” para entender seus efeitos, o que evidentemente se relaciona às preocupações centrais das pesquisas, porque os fundamentos e os efeitos da desigualdade de gênero não entram na construção de suas hipóteses. Isso é fortemente marcante nos estudos da conexão eleitoral. Já nos estudos de trajetórias de elites e de recrutamento político, essa variável, quando considerada, costuma ser “mais uma entre outras”, atestando o baixo percentual histórico de eleitas no Brasil e a diminuta competitividade das candidaturas femininas, limitando o alcance dessa discussão no trabalho.

Durante os anos 1990, houve uma onda de implementação de cotas de sexo na América Latina, a partir das cotas argentinas de 1991 e como resultado dos compromissos firmados na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (realizada em Pequim, em 1995). Quando se observa a realidade institucional, no Brasil, as cotas de candidatura foram implementadas em 1995 e passaram a valer nas eleições municipais de 1996, chegando à reserva de 30% de candidaturas em 2000. Há 25 anos, temos cotas que incidem sobre o recrutamento político, mas que não funcionam adequadamente, como atestam diversos estudos da área de gênero e representação política (Araújo e Alves, 2007; Araújo e Borges, 2013; Sacchet, 2012). No entanto, isso não foi um problema central nos estudos mais amplos do recrutamento das elites políticas no Brasil ou na análise da atuação legislativa brasileira fora do campo especificamente feminista de análise. O fato de que as políticas brasileiras não são recrutadas, ou são selecionadas como candidatas, mas não são competitivas, geralmente tem seu efeito normalizado pelas explicações de que elas detêm baixo capital político; o fato de que elas não ocupam postos centrais de decisão nas Casas legislativas não é explorado, porque isso também deriva de seu baixo capital político; o fato de que não se candidatam, ou voltam degraus na carreira — ou seja, desafiam a regra da ambição política progressiva —, perde-se nas explicações sobre baixa ambição política a elas atribuída.

Mudanças institucionais de reserva de vagas de candidatura são um ajuste muito relevante nos padrões de recrutamento político. Essa é uma das áreas de incerteza dos partidos mais importantes para controle da coalizão dominante, como nos indica Panebianco (2005). Porém, como nos mostram Norris (2013) e Matland (2005),

essas medidas dependem de maior grau de institucionalização do sistema partidário, principalmente no que se refere ao controle público externo e à democratização interna dos partidos.

O fato de termos cotas de gênero ineficientes no Brasil — um ponto que vem sendo trabalhado pela literatura feminista brasileira há muitos anos — nunca foi um ponto realmente relevante no debate hegemônico sobre recrutamento político, porque, politicamente, sabe-se que essa mudança institucional foi desenhada pelos agentes políticos para que não funcionasse e porque a ciência política brasileira não achou que isso era um problema relevante até há muito pouco tempo.

Depois das eleições gerais de 2018, temos um amplo debate público sobre as “candidaturas-laranja”, que tem sido gerado principalmente pelas irregularidades indicadas pelo sistema de justiça eleitoral sobre diversos partidos, mas ainda mais especificamente sobre o partido que elegeu o presidente da República. Isso se deveu, principalmente, à vinculação dos 30% de reserva do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (e do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita no rádio e na TV), decididos pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2018, valendo para as eleições gerais desse mesmo ano — ou seja, na garantia de recursos financeiros para as candidaturas femininas, e não apenas de vagas nas listas partidárias que são ordenadas pela votação recebida. No entanto, ainda não houve muita produção acadêmica sobre o tema, exceto o estudo de Wylie, Santos e Marcelino (2019) sobre as candidaturas entre 1994 e 2014, que também trabalha dentro do campo crítico dos estudos de gênero e com base no debate sobre *sacrificial lambs* da literatura anglófona.

Os estudos sobre gênero e política, sistematicamente, vêm forçando mudanças nas explicações hegemônicas da área, porque recolocam os problemas, deslocam certezas e fazem com que pensemos as questões com base em outras hipóteses. Recuperando explicações que tratam das estruturas sociais (como o patriarcado), do debate crítico sobre a dicotomização entre público e privado e de como ocorre a operação das instituições pelos agentes políticos tradicionais, é possível pensar em várias dimensões que afetam a participação efetiva das mulheres no campo político.

Segundo Miguel e Biroli (2010; 2011), explicam a sub-representação das mulheres e seu posicionamento periférico no campo político, afetando o desenvolvimento de carreiras políticas competitivas: o caráter patriarcal das instituições políticas liberais; os padrões culturais e de socialização que constroem a esfera pública como um espaço masculino, inibindo a ambição política das mulheres; e a existência de constrangimentos institucionais à participação política feminina. Pinheiro (2007) mostra que as trajetórias políticas das mulheres da Nova República que chegaram à carreira eleitoral se deram, pela esquerda, na militância em movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores (principalmente da área de educação), com longas carreiras nos partidos e na ocupação de cargos eletivos; ou, pela direita, com base no capital familiar e na ocupação de cargos políticos não eletivos. Sacchet e Speck (2012) dialogam com a literatura sobre financiamento eleitoral e mostram que, ao contrário do que apontam os estudos sobre os Estados Unidos (Fox; Lawless, 2012), há uma distância significativa no financiamento das campanhas femininas brasileiras quando comparadas com as masculinas, impactando a distribuição dos recursos que garantem a

competitividade da candidatura. Os debates sobre capital familiar, que são uma hipótese quase sempre levantada e poucas vezes testada pela literatura (Miguel, 2003), ganham uma outra abordagem quando tratados desde o ponto de vista das desigualdades de gênero (Miguel; Marques; Machado, 2015), dando outras nuances às explicações sobre a tradicional política de clãs brasileira e o debate sobre dinastias políticas.

Esses estudos mostram como as regras do campo político são generificadas. O padrão de controle do campo político — e dos partidos políticos, que organizam o jogo eleitoral — é fundamentalmente patriarcal (se podemos recuperar a compreensão de patriarcado público de Walby, 1990). Não seria apenas uma questão de que mulheres são menos competitivas porque são “novatas” e não mobilizam a vantagem do incumbente, mas o fato de que as regras desse campo são refratárias a elas.

Os estudos estrangeiros sobre ambição e gênero nos Estados Unidos (Fox; Lawless, 2012; Lawless, 2012) observam a lacuna entre mulheres e homens, e identificam que um problema central é a divisão sexual do trabalho (inclusive doméstico) e a dicotomia entre as esferas pública e privada. Ainda que diretamente pareçam distantes do momento da decisão em seguir carreira política, a divisão sexual do trabalho gera condições desiguais no desenvolvimento das carreiras femininas.

### **Diálogos possíveis: as críticas feministas e os deslocamentos nos estudos de carreiras**

A lógica do campo político nos regimes competitivos é a marginalização dos grupos subalternos e periféricos, e o seu controle ocorre por parte de grupos privilegiados que

se autorrecrutam. A circulação interna das elites e o (auto)recrutamento não são uma questão política nova, mas um tema trabalhado há décadas pela ciência política desde o elitismo clássico, que fez um trabalho de normalizar esse processo, como nas obras centrais de Pareto (1984) e Mosca (1966), por exemplo; ou na concepção elitista de democracia de Schumpeter (2008), que transpôs essa interpretação para os regimes concorrenciais, desidratando o potencial igualitário das democracias (Miguel, 2002).

Em uma pesquisa cujo objetivo central foi entender o efeito da raça na competitividade das candidaturas à Câmara dos Deputados em 2014, Campos e Machado (2017) mostram que a lacuna de gênero e o efeito do sexo na competitividade da candidatura são gigantescos, mesmo se consideramos outras variáveis com alto efeito negativo na competitividade, como raça e classe social (verificada a partir do perfil ocupacional). Seu trabalho mostra que um dos fatores com os principais efeitos negativos, analisando as candidaturas mais competitivas que se incluem entre aquelas que realmente têm chance de se eleger, é o sexo do(a) candidato(a). Os autores indicam a hipótese de que o efeito do sexo se deve à compulsoriedade dos 30% de candidatas, exigência da Lei de Cotas, que é cumprida sem investimento efetivo dos partidos políticos nessas candidaturas.

É importante ressaltar outra pesquisa que buscou discutir os efeitos do sexo e da raça no recrutamento político para se compreender o efeito das trajetórias ocupacionais dos candidatos e candidatas à Câmara dos Deputados em 2014 (Bolognesi; Perissinotto; Codato, 2016). Os autores situam sua pesquisa buscando entender o efeito do sexo e da raça para qualificar a análise ocupacional sobre o recrutamento, dialogando com os estudos de Norris e Lovenduski (1993), e afirmam que:

Para tanto, a capacidade explicativa que possuem os atributos e recursos sociais de certos indivíduos parece ser reduzida no *mainstream* da ciência política internacional; no entanto, o que se afirma aqui é que as posições sociais de origem contam no recrutamento político — ou no impedimento de acesso a posições de elite — desde que se utilize um critério de análise mais sociológico do que sociográfico, privilegiando as “disposições sociais adquiridas ao longo da vida” quando se aborda a variável “ocupação profissional prévia à carreira parlamentar” (Bolognesi; Perissinotto; Codato, 2016, p. 252, tradução nossa).

Bolognesi, Perissinotto e Codato (2016) afirmam que, entre as profissões consideradas de elite, ou seja, que gerariam maior impacto positivo para as chances de sucesso eleitoral, quando o(a) candidato(a) era negro(a) não havia efeito ocupacional positivo — o efeito negativo de ser não branco era determinante para a baixa competitividade daquela candidatura. Em relação ao sexo, os autores mostram que também foi intenso o efeito negativo de ser uma candidata mulher para as eleições de 2014.

Esse trabalho traz, em um dos seus achados, uma ponte entre os estudos de gênero e os de carreira política, dando ressonância a uma questão que tradicionalmente é pontuada pelas pesquisadoras feministas: a subalternização gerada pela divisão sexual do trabalho impacta todas as demais áreas da vida. As conclusões dessa pesquisa indicam que as chances de sucesso eleitoral se concentram entre candidaturas com:

habilidades específicas, como o domínio de uma retórica adequada ao ambiente midiático das modernas democracias eleitorais, o conhecimento da legislação que regulamenta

o financiamento, o empreendimento político e sua familiaridade com as engrenagens do sistema político e seus operadores, o tempo disponível para se dedicar à militância e a intensa agenda de compromissos; e um exercício de carreira suficientemente flexível para que a candidatura não interrompa o desenvolvimento da atividade profissional do candidato (Bolognesi; Perissinotto; Codato, 2016, p. 271).

A literatura feminista sobre carreiras políticas indica entraves às candidaturas das mulheres em todos esses aspectos: elas detêm menos recursos financeiros e organizativos, inclusive tempo livre; sofrem com a seletividade patriarcal das instituições políticas liberais; e impactam o âmbito individual da ambição política das mulheres (Matos, 2010; Miguel; Biroli, 2011; Sacchet; Speck, 2012).

A divisão sexual do trabalho, fundamentada na separação entre esfera pública e privada, é uma prática social que marginaliza as mulheres e reproduz sua subalternização. As mulheres que têm êxito na carreira política seguem enfrentando as barreiras da divisão sexual do trabalho:

- em sua vida privada, com a divisão sexual do trabalho doméstico e do cuidado familiar, que limita, no que diz respeito ao tempo livre e à concentração de responsabilidades, as possibilidades de ação pública das mulheres (Biroli, 2016; 2018a);
- em suas carreiras profissionais, como mostra a pesquisa de Pinto (2017), que indica que desde as parlamentares brasileiras pioneiras da década de 1950, a ocupação na área da educação era marcante entre elas, sendo um dos poucos espaços para profissionalização política feminina à época e, ainda hoje, um dos principais espaços de atuação das políticas profissionais;

- em suas carreiras parlamentares, na ghettoização da atuação política dessas representantes, tanto em relação à sua atuação temática quanto à baixa ocupação de posições de liderança e coordenação política, o que impacta negativamente seu poder decisório e as marginaliza dentro do próprio campo político (Marques; Teixeira, 2018; Miguel; Feitosa, 2009).

Como lidar com as abordagens tradicionais dos estudos de carreiras políticas diante desse cenário de desigualdade tão incisivo? O estudo de Bolognesi, Perissinotto e Codato (2016) dá um exemplo de como a incorporação das categorias que tratam as desigualdades no campo político ajuda a explicar os fenômenos do acesso ao campo político e a competitividade das candidaturas e, também, das carreiras políticas.

Quando consideramos as abordagens de escolha racional que trabalham em torno da hipótese distributivista, é fundamental que elas observem que essa não é simplesmente uma questão que possa ser individualizada: ela é sistêmica no campo político brasileiro. A baixa efetividade das carreiras femininas se deve a efeitos de problemas que estão na estrutura da sociedade e no nível organizacional do jogo político, e não são apenas fruto de baixa racionalidade desses indivíduos. O próprio tema da racionalidade, já nos indica a crítica feminista, é um problema com o qual as teorias iluministas precisam lidar (Fraser, 1990; Young, 2012; Collins, 2000).

Os estudos baseados na análise institucional partidária, por sua vez, urgentemente precisam lidar com o fato de que as mulheres (e demais grupos subalternos) estão na periferia dos partidos, fora dos espaços decisórios institucionais, e isso é uma variável relevante para se compreender sua baixa eficácia no que se refere à coordenação do trabalho polí-

tico. Estar marginalizada dentro da instituição implica baixo poder decisório, e isso não é uma questão acessória ou complementar.

Esse questionamento é importante sobretudo porque se tratamos de construção democrática, a marginalização da maior parte da população no processo decisório impacta as ações políticas de todos e todas, não apenas no que tange a legitimidade formal, mas substantivamente. A marginalização das mulheres e dos demais grupos subalternos no campo político é uma realidade aguda, e se não houver controle público dos partidos, não há como atacar esse problema, sendo essa uma questão de primeira ordem.

### **Considerações finais**

Nesse momento, que vem sendo considerado de crise global das democracias liberais, de um cenário de desdemocratização e de transição a regimes pós-democráticos e iliberais, por que tratar de ajustes no regime concorrencial, que parece esgotado de qualquer promessa democrática? Por que o tema das desigualdades na construção das carreiras eleitorais nos regimes concorrenciais é importante, se cada vez mais o sistema se reafirma um arranjo de circulação de uma elite homogênea — e, também cada vez mais, sem princípios mínimos de igualdade democrática?

Se trabalhada desde a continuidade da agenda de pesquisa geral da área de carreiras políticas, uma mudança de rumos na produção das perguntas de pesquisa, hipóteses e estratégias analíticas pode trazer avanços muito grandes no que se refere ao seu potencial explicativo. Passar de uma análise do grupo competitivo homogêneo aos desencontros entre a organização política dos grupos sociais e sua capacidade de atuação na esfera formal da representação política traria ganhos analíticos significativos, porque as

relações de poder entre os agentes políticos seriam tomadas em termos mais complexos.

Nas eleições gerais brasileiras de 2018, apesar da desidratação democrática do regime concorrencial, houve inovações importantes, como a garantia de reserva de 30% dos recursos financeiros e de propaganda partidária para as mulheres, que gerou aumento de 50% do número de eleitas, de 10 para 15%, na Câmara dos Deputados. Muitas eleitas chegaram por partidos conservadores, e outras, por bases populares, e estão buscando reinventar formas de atuação no mandato — como mandatos coletivos, trajetórias periféricas etc. Essa mudança tem trazido reações dos atores políticos tradicionais, claramente porque tiveram efeito em ampliar a atuação feminina, o que necessariamente desloca recursos de poder dos estabelecidos, e isso é, ou deveria ser, um problema de pesquisa central para a área.

Ainda em relação ao ataque coordenado, em curso no país, às políticas de promoção da igualdade de gênero — que dependem da atuação política feminina e buscam ampliá-la —, vale lembrar que o neoconservadorismo é também resposta reacionária às conquistas das mulheres (e das mulheres feministas) na sua relação com as instituições liberais, por mais limitadas que elas tenham sido nas últimas décadas, constituindo uma disputa aberta no campo político que deve ser analisada.

A pauta da eleição das mulheres foi fraca durante a “onda progressista” brasileira e, atualmente, percebe-se que a falta de uma base ampla de parlamentares mulheres no Congresso teria sido um fator importante para resistir a alguns retrocessos — mas ela não existia em momentos cruciais desse processo de desidratação do regime concorrencial brasileiro. A ausência dos grupos sociais subalternos da esfera da representação reforça o caráter fechado, exclusivo e reativo do regime

concorrencial. Aqui, não se trata de observar somente o jogo concorrencial, mas de se entender que as instituições estão sempre sendo disputadas, mesmo quando elas não estão funcionando, porque a disfuncionalidade afeta em cheio os grupos periféricos.

Finalmente, é preciso promover diálogo entre as diferentes subáreas de pesquisa e enquadrar o problema das carreiras por meio do questionamento da desigualdade, porque a “crise política” brasileira é, há anos, uma crise

da democracia partidária. Não se trata simplesmente de uma crise de confiança nas instituições, mas um efeito do regime centralizador e pouco democrático que reina nos diferentes partidos políticos. A questão da desigualdade de gênero dá um novo matiz a questões tradicionais do campo de estudos das carreiras políticas e, nesse momento, a análise dessas dimensões é fundamental para se compreender a disputa entre o campo democrático e o antidemocrático, portanto anti-igualitário, no Brasil.

## Bibliografia

- AMES, B. Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress. **The Journal of Politics**, v. 57, n. 2, p. 324-343, 1995. <https://doi.org/10.2307/2960309>
- AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- ARAÚJO, C. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 6, n. 1, 1998.
- ARAÚJO, C. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 231-252, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100014>
- ARAÚJO, C. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 567-584, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200016>
- ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. **Dados**, v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582007000300004>
- ARAÚJO, C. M. de O.; BORGES, D. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010. **Revista de Sociologia Política**, v. 21, n. 46, p. 69-91, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200005>
- BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados**, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016. <https://doi.org/10.1590/00115258201690>
- BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018a.
- BIROLI, F. Reação conservadora, democracia e conhecimento. **Revista de Antropologia**, v. 61, n. 1, p. 83-94, 2018b. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2018.145515>
- BLONDEL, J.; MÜLLER-ROMMEL, F. Political Elites. In: DALTON, R. J.; KLINGEMANN, H.-D. (org.). **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 819-832.
- BOLOGNESI, B.; PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. Reclutamiento político en Brasil: Mujeres, negros y partidos en las elecciones federales de 2014. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Nueva Época, v. 61, n. 226, p. 247-278, 2016. [https://doi.org/10.1016/S0185-1918\(16\)30010-1](https://doi.org/10.1016/S0185-1918(16)30010-1)



- BRAGA, M. do S. S.; AMARAL, O. E. do. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia Política**, v. 21, n. 46, p. 33-43, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200003>
- BRAGA, M. do S. S.; SPECK, B. W. Organização Partidária e Carreiras Políticas no nível local. *In*: BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION, 12., 2014. **Anais** [...]. Londres, 2014.
- CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, p. 125-142, 2017. <https://doi.org/10.1590/1678-987317256107>
- CARPIUC, C. R. ¿Hacia una hegemonía del “modelo mainstream norteamericano”? Enfoques de la ciencia política em América Latina (2000-2012). **Revista Latino-Americana de Investigación Crítica**, v. 1, n. 1, 2014.
- COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. Nova York: Routledge, 2000.
- DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. Nova York: Harper & Row, 1957.
- FELISBINO, R. de A.; BERNABEL, R. T.; KERBAUY, M. T. M. Somente um deve vencer: As bases de recrutamento dos candidatos à Prefeitura das capitais brasileiras em 2008. **Revista de Sociologia Política**, v. 21, n. 41, p. 219-234, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000100013>
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional. *In*: FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Fapesp; Ed. FGV, 1999. p. 41-72.
- FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. Entrando na arena?: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p. 129-163, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200006>
- FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. **Social Text**, n. 25-26, p. 56-80, 1990. <https://doi.org/10.2307/466240>
- GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p. 165-208, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200007>
- LAWLESS, J. L. **Becoming a candidate: political ambition and the decision to run for office**. Nova York: Cambridge University Press, 2012.
- LEITE, F. Tradições Intelectuais na Ciência Política Brasileira Contemporânea. **Dados**, v. 60, n. 3, p. 751-791, 2017. <https://doi.org/10.1590/001152582017134>
- MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 93-113, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200008>
- MARQUES, D.; MACHADO, C. As ciências sociais brasileiras e a temática das desigualdades (2000 a 2010). *In*: MIGUEL, L. F. (org.). **Desigualdades e democracia: o debate da teoria política**. São Paulo: Editora Unesp, 2016. p. 399-433.
- MARQUES, D.; TEIXEIRA, B. L. Estranhas no Ninho: Uma Análise Comparativa da Atuação Parlamentar de Homens e Mulheres na Câmara dos Deputados. **Teoria & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 93-125, 2018.
- MATLAND, R. Enhancing Women’s Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems. *In*: BALLINGTON, J.; KARAM, A. (org.). **Women in Parliament: Beyond Numbers**. Estocolmo: IDEA, 2005. p. 93-111.

- MATOS, M. **Justiça Social e Representação Democrática:** é possível incluir democraticamente no Brasil? O caso das mulheres candidatas na política. 2010. mimeo.
- MAYHEW, D. R. **Congress:** The Electoral Connection. 2ª ed. Nova Haven e Londres: Yale University Press, 2004.
- MIGUEL, L. F. A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo. **Dados**, v. 45, n. 3, p. 483-511, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000300006>
- MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia Política**, n. 20, p. 115-134, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000100010>
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Caleidoscópio convexo:** mulheres, política e mídia. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 653-679, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300003>
- MIGUEL, L. F.; FEITOSA, F. O Gênero do Discurso Parlamentar: Mulheres e Homens na Tribuna da Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 52, n. 1, p. 201-221, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582009000100006>
- MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 58, n. 3, p. 721-747, 2015. <https://doi.org/10.1590/00115258201557>
- MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 363-385, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200003>
- MOSCA, G. A classe dirigente. In: SOUZA, A. (org.). **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. p. 51-69.
- NEIVA, P.; IZUMI, M. Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 84, p. 165-188, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000100011>
- NORRIS, P. Recrutamento político. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 11-32, 2013.
- NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. **Gender and Party Politics**. Londres, Thousand Oaks, Nova Délhi: SAGE Publications, 1993.
- NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. **Political Recruitment:** Gender, race and class in the British Parliament. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- OLSON JR., M. **The logic of collective action**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- PANEBIANCO, A. **Modelos de partido:** organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PARETO, V. **Vilfredo Pareto:** sociologia. São Paulo: Ática, 1984.
- PEREIRA, C.; RENNÓ, L. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 44, n. 2, p. 133-172, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582001000200004>
- PEREIRA, C.; RENNÓ, L. “Should I Stay or Should I Go?” Explaining Political Ambition by Electoral Success in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, v. 5, n. 3, p. 73-95, 2013.
- PERES, P.; CARVALHO, E. Religando as arenas institucionais: uma proposta de abordagens multidimensionais nos estudos legislativos. **Revista de Sociologia Política**, v. 20, n. 43, p. 81-106, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000300005>

- PERISSINOTTO, R. M. **As elites políticas**: questões de teoria e método. Curitiba: Intersaberes, 2014. v. 1.
- PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. **Dados**, v. 52, n. 2, p. 301-333, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582009000200002>
- PINHEIRO, L. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.
- PINTO, C. R. J. Elas não ficaram em casa: As primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 33, n. 62, p. 459-490, maio/ago. 2017. <https://doi.org/10.1590/0104-87752017000200008>
- PINTO, C. R. J.; SILVEIRA, A. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **Opinião Pública**, v. 24, n. 1, p. 178-208, 2018.
- PITKIN, H. **The concept of representation**. Berkeley: University California Press, 1967.
- RAHAT, G.; HAZAN, R. Y. Candidate Selection Methods: An Analytical Framework. **Party Politics**, v. 7, n. 3, p. 297-322, 2001. <https://doi.org/10.1177/1354068801007003003>
- RODRIGUES, L. M. **Mudanças na classe política brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.
- ROHDE, D. W. Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p. 209-236, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200008>
- SACCHET, T. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 399-431, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200004>
- SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000100009>
- SAMUELS, D. Ambition and Competition: Explaining Turnover in the Brazilian Chamber of Deputies. **Legislative Studies Quarterly**, v. 25, n. 3, p. 481-497, 2000. <https://doi.org/10.2307/440417>
- SAMUELS, D. Political Ambition, Candidate Recruitment, and Legislative Politics in Brazil. In: SIAVELIS, P. M.; MORGENSTERN, S. (org.). **Pathways to power**: political recruitment and candidate selection in Latin America. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2008.
- SANTOS, A. M. Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 33, p. 87-101, 1997.
- SCHLESINGER, J. A. **Ambition and politics**: Political careers in the United States. Chicago: Rand McNally & Company, 1966.
- SCHUMPETER, J. **Capitalism, socialism and democracy**. Nova York: Harper & Brothers, 2008.
- WALBY, S. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- WYLIE, K.; SANTOS, P.; MARCELINO, D. Extreme non-viable candidates and quota maneuvering in Brazilian legislative elections. **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 1-28, 2019. <https://doi.org/10.1590/1807-019120192511>
- YOUNG, I. M. O ideal da imparcialidade e o público cívico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, p. 169-203, 2012.

## Resumo

### *Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político*

O artigo traz uma revisão crítica dos estudos sobre carreiras políticas, levantando pontos de contato e de distanciamento entre as subáreas dedicadas ao tema, principalmente entre os estudos baseados na literatura neoinstitucionalista de escolha racional que focaliza o problema da conexão eleitoral (Ames, 1995; Samuels, 2008; Pereira; Rennó, 2001; 2013) e as investigações da sociologia política que se dedicam a compreender os perfis e as trajetórias de agentes do campo da profissionalização política (Santos, 1997; Miguel, 2003; Rodrigues, 2006). Para além dos debates tradicionais, o texto teve o objetivo de apontar questionamentos conceituais, teóricos e metodológicos das abordagens feministas sobre as carreiras políticas nos regimes concorrenciais (Araújo, 2010; Miguel; Biroli, 2010; 2011; Sacchet, 2012; Sacchet; Speck, 2012), que deslocam pressupostos e valorizam problemas que, apesar de evidentes, foram tradicionalmente ignorados, mas que têm o potencial de reposicionar as principais questões de pesquisa sobre as carreiras políticas.

**Palavras-chave:** Carreiras políticas; Elites políticas; Gênero e política; Estudos feministas.

## Abstract

### *Political careers and inequalities: elements for a feminist critique of the political field*

This article presents a critical review of studies on political careers, pointing out convergences and divergences between the sub-areas dedicated to this theme, mainly in studies based on neo-institutional literature of rational choice that focuses on the problem of electoral connection (Ames, 1995; Samuels, 2008; Pereira; Rennó, 2001; 2013) and investigations of political sociology that are dedicated to understanding the profiles and pathways of political agents (Santos, 1997; Miguel, 2003; Rodrigues, 2006). In addition to these debates, the text discusses the conceptual, theoretical, and methodological questions brought by feminist approaches on political careers in competitive regimes (Araújo, 2010; Miguel; Biroli, 2010; 2011; Sacchet, 2012; Sacchet; Speck, 2012), which displace assumptions and value problems that, although evident, have traditionally been ignored, but have the potential to reposition the main research questions about political careers.

**Keywords:** Political careers; Political elites; Gender and politics; Feminist studies.

## Résumé

### *Carrières politiques et inégalités : éléments d'une critique féministe du champ politique*

Cet article apporte une revue critique des études sur les carrières politiques, soulignant les convergences et divergences entre les sous-domaines dédiés au thème, notamment parmi les études basées sur la littérature néoinstitutionnaliste de choix rationnel qui se concentre sur le problème du lien électoral (Ames, 1995, Samuels, 2008, Pereira, Rennó, 2001, 2013) et les investigations de sociologie politique consacrées à la compréhension des profils et des trajectoires des agents dans le domaine de la professionnalisation politique (Santos, 1997, Miguel, 2003, Rodrigues, 2006). En plus, le texte vise à mettre en évidence des questions conceptuelles, théoriques et méthodologiques soulevés par les approches féministes sur les carrières politiques dans les régimes concurrentiels (Araújo, 2010, Miguel, Biroli, 2010, 2011, Sacchet, 2012, Sacchet, Speck, 2012), qui déplacent des hypothèses et valorisent des problèmes qui, bien qu'évidents, ont été traditionnellement ignorés, mais qui ont le potentiel de repositionner les principales questions de recherche sur les carrières politiques.

**Mots-clés :** Carrières politiques ; Élites politiques ; Genre et politique ; Études féministes.